

**COMO A SOCIEDADE OS RECEBERÁ?
PRECONCEITO E EXPECTATIVAS DE INSERÇÃO
PROFISSIONAL DE ESTUDANTES EGRESSOS
DO SISTEMA DE COTAS**

**HOW SOCIETY WILL RECEIVE THEM?
PREJUDICE AND PROFESSIONAL
EXPECTATIONS AROUND THE STUDENTS
GRADUATING FROM THE QUOTA SYSTEM**

André Faro¹

Patrícia da Silva²

Aline Oliveira Machado³

Resumo

Em uma sociedade como a brasileira, por um lado regida segundo normas sociais provenientes de valores meritocráticos e individualistas, e, por outro, conforme valores igualitários e humanitários, as políticas afirmativas vêm provocando uma série de debates que vão desde a necessidade de sua implantação até o espaço no

¹ Doutor em Psicologia Social pela UFBA. Professor do departamento de Psicologia (DPS) - Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) - Mestrado em Psicologia Social (UFS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2097923788649486> Grupo de pesquisa: <http://gepps-ufs.blogspot.com.br/>

² Doutora em Psicologia Social pela UFBA. Professora do departamento de Psicologia (DPS) - Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) - Mestrado em Psicologia Social (UFS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2097923788649486> Grupo de pesquisa: <http://gepps-ufs.blogspot.com.br/> e-mail: dasilpati@hotmail.com

³ Doutora em Psicologia Social pela UFPB. Professora do Curso de Psicologia - Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP-DeVry). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0391875982942117> e-mail: machado.aline@gmail.com

mercado de trabalho. No presente artigo, temos como objetivo investigar a existência de diferenças quanto às expectativas futuras de inserção profissional e reconhecimento social de estudantes cotistas e não cotistas, brancos e negros. Participaram 265 pré-vestibulandos. No delineamento experimental, formaram-se 4 alvos: branco não cotista, negro não cotista, branco cotista e negro cotista. Para a coleta dos dados, elaboramos o Questionário de Expectativas Profissionais (QEP), dividido em Expectativas Positivas e Negativas. Como principais resultados, podemos observar que o branco cotista recebeu menores Expectativas Positivas; a cor de pele do alvo não impactou sobre as Expectativas e, quando considerada apenas as cotas para o alvo, creditaram-se menores Expectativas Positivas aos cotistas. Finalmente, discute-se a possibilidade de um tipo específico de preconceito contra cotistas.

Palavras-chave: Cotas na Universidade. Preconceito. Racismo.

Abstract

We investigated the existence of differences regarding the future expectations of professional and social recognition of students quota users and non-quota users, white and black. They participated in 265 students of university entrance. In the experimental design, were formed four targets: white non-quota user, black non-quota user, white quota user and black quota user. The data were collected: gender, skin color, age, socioeconomic status and opinions about quotas policy. We elaborated the Professional Expectations Questionnaire (QEP), divided into Positive and Negative Expectations. Among the key findings, the quota white user received lower Positive Expectations; the target's skin color had no impact on expectations and, when considered only quotas minors Positive Expectations to quota users were credited. Finally, we discuss the possibility of a specific type of prejudice against quota users.

Keywords: University quotas. Prejudice. Racism.

Introdução

As políticas de ações afirmativas são usualmente conceituadas como “políticas públicas e privadas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física” (GOMES, 2001, p. 6). Em vista delas, objetiva-se, por um período provisório, promover a representatividade equitativa dos diversos grupos sociais no mercado de trabalho, nas universidades e em diversas posições de poder (OLIVEN, 2009).

No Brasil, a Lei Nº 12.711 de 29 de Agosto de 2012 institui a reserva percentual de 50% de vagas para ingresso de estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, nas instituições federais de educação superior. Desse percentual, a lei ainda garante que parte será destinada a estudantes oriundos de

famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos. O critério racial para a reserva de vagas é garantido pela mesma lei, ao estabelecer que a reserva supramencionada deve obedecer em proporção “no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição”. Dessa forma, as cotas raciais são parte e seguem a regulamentação das cotas sociais.

Em uma sociedade como a brasileira, por um lado regida segundo normas sociais provenientes de valores meritocráticos e individualistas, e, por outro, conforme valores igualitários e humanitários, as políticas afirmativas têm gerado posicionamentos diversos quanto à favorabilidade ou não a implantação e implementação de suas propostas. Nesse bojo, uma polêmica que levanta calorosas discussões tem sido a política de cotas universitárias.

No debate sobre as cotas universitárias, os que se posicionam contrariamente condenam o possível favorecimento a estudantes provenientes de escolas públicas, por acreditar que estas ações afirmativas – as chamadas cotas sociais – não sanariam o problema da carência do ensino público de qualidade (MENIN, SHIMIZU, SILVA, CIOLDI, & BUSHINI, 2008; NEVES & LIMA, 2007). Porém, ainda que não sejam completamente aceitas, tais ações têm sido mais bem recebidas quando comparadas às cotas raciais, que têm levantado debates mais ferrenhos (AZEVEDO, 2005; GUIMARÃES, 2003). Os argumentos contrários vão desde a ilegitimidade da implantação, a incapacidade de critérios claros para definição de raça e o favorecimento inadequado de determinados grupos sociais (visto a inexistência de critérios justos para a proporcionalidade das vagas), até a afirmação que seria uma forma de racismo contra negros (essencializando déficits cognitivos e intelectuais) e de discriminação contra os brancos (FRY & MAGGIE, 2006; LEWGOY, 2005; MAGGIE & FRY, 2002; MAGGIE & FRY, 2004; SANTOS, 2003).

Considerando que várias instituições públicas de ensino superior brasileiras já adotam a política de cotas, existem dados instigantes a respeito dessa mudança no acesso à universidade. Há estudos que apontam a existência de preconceito contra alunos cotistas (CARVALHO, 2005; NAIFF, NAIFF & SOUZA, 2007; NEVES & LIMA, 2007).

Aqui, entende-se que o debate pode estar associado à influência do contexto meritocrático (proposta tradicional do vestibular) nas relações intergrupais, cujas pesquisas no tema têm demonstrado que o preconceito dos indivíduos tende a aumentar em situações de competição (LIMA et al., 2006). O preconceito, nesse

contexto entendido como uma atitude negativa frente a um determinado grupo alvo, manifestada por meio de componentes afetivos, cognitivos e conativos (DOVIDIO, HEWSTONE, GLICK, & ESSES, 2010), seria então um problema a ser enfrentado na consecução das políticas afirmativas. Esse panorama, pautado na meritocracia individualista, passa a estar ligado ao fomento de posturas discriminatórias contra grupos minoritários (ora favorecidos pelas ações afirmativas), o que pode alimentar o preconceito contra os indivíduos percebidos como membros das categorias sociais alvo das políticas de cotas. No caso do racismo, apreendido como ideologia e/ou discurso que justifica a discriminação pelo critério racial (CAMINO, SILVA, MACHADO, & PEREIRA, 2001), o pressuposto meritocrático funcionaria como agente legitimador da discriminação (DOVIDIO et al., 2010), isto é, uma base argumentativa para exclusão e rejeição do diferente na dinâmica social.

Como visto, no caso da política de cotas universitárias, o que predomina nas discussões é a pertinência ou não de tal ação afirmativa, suscitando, como pautas principais de debate, a sua legalidade e seu impacto sobre as relações intergrupais e a luta contra o racismo velado presente na sociedade brasileira, que impede a ascensão dos negros principalmente.

No entanto, ainda são poucos os estudos acerca da futura inserção profissional do atual estudante cotista, isto é, a entrada em seu campo de formação após a saída da universidade e a consequente trajetória profissional (VALENTIN, 2012; SANTOS, 2013,2015), um aspecto pontuado por Cantarino (2006) e problematizado pelo Jornal Extra, em dezembro de 2010 (<http://extra.globo.com/noticias/rio/ontem-cotistas-hoje-em-busca-de-emprego-683072.html>).

Acredita-se, então, que o tema das cotas também remeta a uma análise prospectiva sobre como a sociedade receberá os estudantes que foram cotistas. Em Sergipe, local onde se realizou este estudo, as cotas universitárias foram implantadas em 2010 e, portanto, os primeiros profissionais inseridos nesse contexto estão em vias de conclusão de curso e ainda não adentraram o mercado de trabalho. Diante desse cenário, questiona-se se haverá diferenciação nas crenças a respeito da capacidade profissional desses futuros “ex-cotistas”, implicando em menor reconhecimento social dos novos profissionais, isto é, se existem expectativas diferenciadas em virtude de ser ou não cotista.

Dado o exposto, levantou-se para o presente estudo os seguintes questionamentos:

1. A respeito das políticas de cotas, sejam elas sociais e/ou raciais, haveria um cenário favorável ao desenvolvimento de preconceito, composto por expectativas contra cotistas?

2. A implantação da política de cotas para negros e pardos nas universidades pode gerar um tipo de preconceito e/ou discriminação cruzados, associando os profissionais de cor negra ou parda enquanto favorecidos outrora pelas cotas e, portanto, automaticamente classificados como menos competentes nas atividades laborais?

3. Esse cenário, se existente, produz critérios diferentes de avaliação sobre o preconceito, ou seja, o preconceito contra negros estaria ou não associado ao preconceito contra cotistas?

Para tentar trazer algumas reflexões a tais questionamentos, esta pesquisa objetivou investigar a existência de diferenças quanto às expectativas futuras de inserção profissional e reconhecimento social de estudantes cotistas e não cotistas, brancos e negros.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa 265 pré-vestibulandos da 3ª série do ensino médio, oriundos de 3 escolas particulares na cidade de Aracaju (SE) (codificadas como X, Y e Z), assim distribuídos por instituição: X com 60 estudantes (22,6%), Y com 68 (25,7%) e Z com 137 (51,7%).

Instrumentos e Procedimentos

Para obtenção do perfil sociodemográfico, utilizou-se um questionário fechado contendo as variáveis: sexo, cor de pele, idade e classe socioeconômica. Na identificação do posicionamento quanto às cotas, foram elaboradas 4 questões: Q1. Qual seu posicionamento quanto à política de cotas? (concordo ou discordo) Q2. Você acredita que, em geral, os brasileiros são: contra as cotas para entrar na universidade ou a favor das cotas para entrar na universidade? Q3. Você acha que a sociedade brasileira: Precisa do sistema de cotas para as universidades ou não precisa do sistema de cotas para as universidades? Q4. Se lhe fosse dado o poder de decisão, você: Acabaria com o sistema de cotas ou manteria o sistema de cotas? Todas as questões foram respondidas com um X.

Para avaliação das expectativas quanto à de inserção e reconhecimento profissional de estudantes quando se formarem, foi construído um instrumento fechado, composto por 20 assertivas (ver Tabela 1), em escala do tipo Likert de 9 pontos, variando apenas nos extremos entre discordo totalmente e concordo totalmente. No instrumento, ora denominado como Questionário de Expectativas Profissionais (QEP), constava uma breve história fictícia acerca da trajetória de um estudante universitário, sobre a qual o participante deveria opinar acerca do futuro desse indivíduo ao findar sua graduação, a saber:

“Este é Clóves (nome fictício). Atualmente, ele é estudante da Universidade Federal de seu Estado, tendo sido aprovado em um dos cursos mais concorridos no segundo vestibular que prestou. Embora não fosse o melhor aluno de sua turma no ensino médio, nos últimos anos se dedicou bastante aos estudos e deixou para trás dificuldades que passou enquanto era estudante. Na universidade, busca aprender o máximo possível acerca de sua futura profissão, pois não deseja que sua capacidade seja motivo de dúvida para os outros. Ainda que cursar a universidade seja algo relativamente custoso para ele, em virtude da necessidade de dinheiro para transporte, compra de livros e outros materiais, Clóves tem se envolvido com atividades ligadas ao seu curso. Para o futuro, ele espera alcançar reconhecimento profissional e passar confiança para as pessoas que solicitarem seu serviço”.

Como estímulos para ativação do preconceito, aplicaram-se dois independentes: visual e verbal. No estímulo visual, foi inserida uma foto de busto do suposto estudante ao lado esquerdo do texto (dimensões de 6,13 cm x 4,11 cm), sendo que dois atores foram utilizados nas fotografias: um estudante de cor de pele branca e outro de cor de pele preta. Ambos possuem a mesma idade, estavam vestidos com camisas brancas idênticas e tarjados nos olhos, com as imagens obtidas por uma única câmera fotográfica (qualidade de resolução semi-profissional), com ambiente (fundo cinza claro), horário e condições de luminosidade basicamente iguais. As fotos foram avaliadas por 5 juízes independentes e houve plena concordância da representatividade da imagem dos atores quanto aos estímulos cor de pele, faixa etária, nitidez e padronização da fotografia. Na coleta, o QEP foi distribuído igualmente conforme a cor de pele do ator. Para o estímulo verbal, em metade dos questionários inseriu-se a palavra “cotista” na primeira linha do texto padronizado [(...) *ele é estudante cotista da Universidade (...)*]. A manipulação experimental, combinando os estímulos, formou 4 grupos de respondentes que avaliaram

exclusivamente o questionário do estudante: branco não cotista (25,3%, $n = 67$), negro não cotista (26,4%, $n = 70$), branco cotista (26,4%, $n = 70$) e negro cotista (21,9%, $n = 58$).

A coleta ocorreu em sala de aula, tendo em média 15 minutos de duração, após autorização por escrito dos coordenadores, professores e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em cada sala foi distribuído apenas um grupo do QEP (ex. branco cotista), a fim de evitar o uso de duas versões do instrumento em um mesmo ambiente, ou seja, os participantes não tinham conhecimento das outras 3 versões do QEP.

Análise dos dados

Inicialmente, foram realizadas análises exploratórias dos dados, conforme orienta Tabachnick e Fidell (2007), tendo sido observados os critérios para tomada de decisão acerca do uso de provas estatísticas paramétricas. Logo, constatou-se que apenas a idade não atendeu a tais parâmetros, tendo distribuição assimétrica negativa.

Efetou-se, em seguida, a análise fatorial exploratória do QEP, através do método dos componentes principais e rotação oblíqua. Encontrou-se índice KMO (0,800) e resultado do teste de esfericidade de Bartlett (960,836; $p < 0,001$) satisfatórios, o que indicou a fatorabilidade do instrumento. A melhor solução encontrada alcançou 32% de variância total explicada, composta por 2 fatores: Expectativas Negativas (Fator 1, 9 itens) e Expectativas Positivas (Fator 2, 10 itens), o que correspondeu ao esperado (Tabela 1). O alfa de Cronbach do fator 1 foi de 0,75 e do fator 2 igual a 0,70.

Tabela 1

Itens, cargas fatoriais, variância explicada e alfas de Cronbach do Questionário de Expectativas Profissionais (QEP)

	Fatores	
	1	2
1. No caso de Clóves, o sucesso no mercado de trabalho depende só dele, pois o reconhecimento profissional por parte da sociedade é algo bastante difícil.		0,374
2. Era improvável Clóves conseguir entrar no curso que pretendia, mas ele superou essas dificuldades.		0,365
3. O sucesso profissional é algo difícil de acontecer, pois não se aposta muito na competência de pessoas com o perfil de Clóves.	0,482	
4. Por seu histórico, pode-se ver que foi por méritos próprios que Clóves conseguiu entrar no curso que queria na universidade.		0,584

5. Clóves não se mostra claramente como uma pessoa inteligente, mas, por outro lado, é esforçado.		0,414
6. Sem dúvida, as pessoas terão em Clóves um profissional cuja capacidade não se desconfia.		0,542
7. Clóves foi ajudado por outras pessoas a conseguir o que queria e isso pode torná-lo acomodado em sua carreira profissional.	0,489	
8. Certamente, Clóves será convidado por seus superiores a desempenhar funções de grande responsabilidade.		0,469
9. Com esse perfil, as pessoas não confiarão na opinião de Clóves e pedirão ajuda a outro profissional da área.	0,687	
10. Ainda que Clóves se dedique ao seu curso, com o tempo a sociedade mostrará que outra profissão seria mais adequada para uma pessoa com seu perfil.	0,620	
11. O crescimento profissional de Clóves dependerá da boa vontade de outras pessoas dos locais em que trabalhe.	0,551	
12. Sendo quem ele é, as pessoas terão dúvida acerca da competência de Clóves.	0,649	
13. Para Clóves, é difícil esperar ter renda elevada quando for profissional.	0,552	
14. Quem o conhecesse antes de entrar na universidade, facilmente acreditaria que Clóves seria quem ele é hoje em dia.	-	-
15. Clóves, pelo seu perfil, não demonstra condições de exercer funções de autoridade no seu futuro emprego.	0,472	
16. Agora, sabendo quem ele é, eu solicitaria o serviço de Clóves.		0,642
17. Tendo conhecimento de sua história, Clóves será bem recomendado por parte das pessoas que receberem os seus serviços.		0,668
18. Um profissional como Clóves é alguém a quem eu certamente recomendaria às pessoas próximas a mim buscarem ajuda.		0,687
19. Para pessoas com esse perfil, Clóves é um exemplo raro de realização dos seus objetivos.		0,498
20. Haverá dúvidas se Clóves tem capacidade para ser um profissional competente em sua área.	0,554	
Quantidade de itens	9	10
Variância explicada	19,0%	13,0%
Alfa de Cronbach	0,75	0,70

Nota. Fator 1 – Expectativas Negativas e Fator 2 – Expectativas Positivas

Para as análises univariadas, foram obtidas média, desvio-padrão, mediana e frequências absoluta e percentual. As variáveis dependentes foram os fatores 1 e 2 da QEP, obtidos a partir do somatório das respostas nos itens correspondentes a cada fator. Nas análises, aplicaram-se os testes ANOVA *one-way* e *post hoc* LSD (grupos experimentais, cor de pele dos respondentes e *status* socioeconômico), *t* de Student (estímulos cor de pele da foto e cotas, e o sexo), o teste não-paramétrico correlação de Spearman para a idade, além de testes do Qui-Quadrado (4 questões de posicionamento quanto à política de cotas em relação ao sexo e a cor de pele do respondente). O nível de significância adotado foi de $p < 0,05$.

Resultados

A amostra ficou composta por 63,4% ($n = 168$) de mulheres e 36,6% ($n = 97$) de homens, com mediana de idade de 18 anos. Através de autoavaliação, 94,8% ($n =$

238) dos estudantes indicaram que seu *status* socioeconômico é médio, sendo que 5,7% ($n = 15$) perceberam como baixo e 4,5% ($n = 12$) como alto. Acerca da cor de pele, 60,8% ($n = 161$) se consideraram brancos, 26,0% ($n = 69$) morenos e 13,2% ($n = 35$) negros. Não foi detectada existência de diferenças conforme a cor de pele dos respondentes na manipulação experimental [$F(2, 262) = 1,226$; $p = 0,284$; $W = 0,112$], indicando homogeneidade desse critério entre os participantes.

Na amostra total, conforme o equacionamento por grupos experimentais e fatores da QEP, as médias ficaram assim distribuídas:

Tabela 2

Análise de médias da atribuição de Expectativas Negativas e Positivas a "Clóves"

	Expectativas Negativas	Expectativas Positivas
Negro não cotista	35,0 (DP = 12,46)	68,6 (DP = 10,22)
Negro cotista	33,8 (DP = 12,93)	65,4 (DP = 9,73)
Branco não cotista	32,1 (DP = 12,35)	68,3 (DP = 10,36)
Branco cotista	35,0 (DP = 12,37)	64,1 (DP = 11,11)
	$F(3, 261) = 0,835$; $p = 0,475$; teste de Levene (W) = 0,995	$F(3, 261) = 2,982$; $p = 0,032$; teste de Levene $W = 0,665$

Podemos aqui observar que a cor de pele do alvo, branco ou negro, não impactou significativamente sobre as Expectativas Negativas (Tabela 2).

Já no que se refere as Expectativas Positivas, esta é atribuída em maior valor para o negro não cotista, em seu oposto o estudante branco cotista recebeu o menor índice. Ademais, quando considerada apenas as cotas para o alvo, branco ou negro, foram creditadas menores Expectativas Positivas (Tabela 2). Aqui, é necessário salientar que o estudante branco cotista teve significativamente menor avaliação positiva, quando comparado ao branco não cotista ($p = 0,020$) e ao negro não cotista ($p = 0,012$), já em relação ao negro cotista ($p = 0,492$), não houve diferenças significativas (Figura 1).

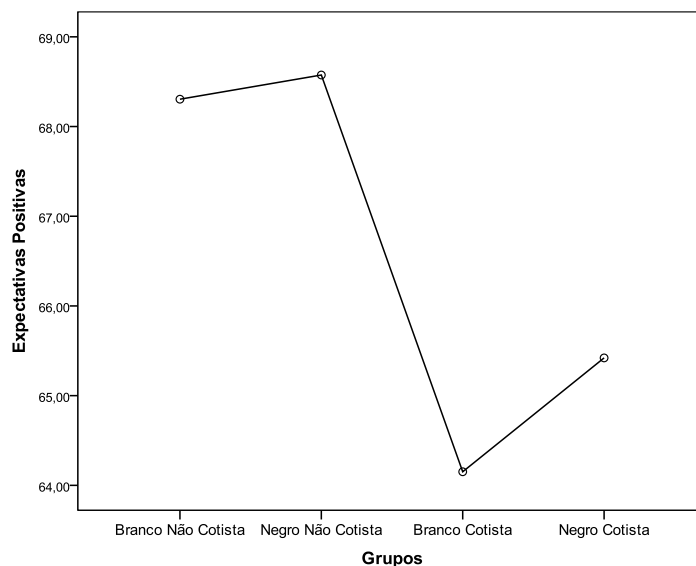


Figura 1. Pontuação média das Expectativas Positivas na amostra total em relação aos grupos experimentais.

Em seguida, realizou-se a análise das expectativas em relação ao tipo de foto (estudante branco ou negro) e as cotas (cotista ou não cotista) com o teste t de Student. O resultado detectou significância estatística tão somente nas Expectativas Positivas [$t(263) = 2,915$; $p = 0,004$], mostrando que o estudante cotista (seja ele branco ou negro) foi pior avaliado ($M = 64,7$; $DP = 10,48$) quando comparado ao não cotista ($M = 68,4$; $DP = 10,25$).

Ao se proceder a análise dos 4 grupos experimentais segundo outras características sociodemográficas, as variáveis idade (Expectativas Negativas: $\rho = 0,032$; $p = 0,609$; Expectativas Positivas $\rho = 0,019$; $p = 0,763$) e status socioeconômico [Expectativas Negativas: $F(4, 260) = 1,927$; $p = 0,106$; $W = 0,218$; Expectativas Positivas: $F(4, 260) = 1,760$; $p = 0,137$; $W = 0,063$] não denotaram significância estatística. O sexo não revelou significância estatística nas Expectativas Positivas [$t(263) = -1,182$; $p = 0,238$], mas foi observada nas Expectativas Negativas [$t(263) = 2,803$; $p = 0,005$]. Com efeito, percebeu-se que, de modo geral, os homens tendem a manifestar mais Expectativas Negativas ($M = 36,8$; $DP = 12,09$) que as mulheres ($M = 32,4$; $DP = 12,49$). Assim, os participantes do sexo masculino exibiram maiores Expectativas Negativas em geral e atribuíram menores Expectativas Positivas em relação ao alvo cotista, seja ele branco ou negro.

Finalmente, avaliou-se o posicionamento dos participantes quando às questões sobre as cotas, visto que tais respostas podem ajudar a entender os resultados aqui obtidos. Logo, na amostra geral, (Q1) encontrou-se que 41,5% concordam com a

política de cotas nas universidades, enquanto que 58,8% discordam. A respeito de como eles acham que os brasileiros avaliam a política de cotas (Q2), 63,0% acham que são contra e 37,0% a favor. Quando perguntados se acreditam que a sociedade brasileira precisa das cotas para promoção de equidade social (Q3), 47,2% responderam que sim e 52,8% que não. Ao final, foi indagado se caso fosse lhes dado poder de decisão acerca da política de cotas (Q4), o que fariam, e 58,9% se posicionaram no sentido de que acabariam com as cotas e 41,1% optariam por mantê-las. Para verificar a existência de diferenças nessas avaliações de acordo com o grupo experimental e, ainda, por sexo, efetuaram-se testes do Qui-Quadrado. Viu-se que não houve diferenças ($p > 0,05$) em nenhum dos cruzamentos (Q1, Q2, Q3 e Q4 *versus* grupos experimentais) na amostra geral, o que se repetiu na análise por sexo.

Cabe aqui observar que os respondentes que se posicionaram contra as cotas, acreditam que a sociedade assente a essa opinião e acham que os brasileiros não precisam dessa política. A maior parte optaria por acabar com a política de cotas, se lhe fosse dado tal poder de decisão.

Discussão

Por que o cotista branco foi pior avaliado, pois recebeu menores expectativas positivas? Podemos supor que o choque entre duas categorias consideradas pseudo-independentes provocou conflito entre crenças correntes no contexto social atual, em que ser ‘branco’, usualmente, pressupõe incompatibilidade com ser ‘beneficiado pelas cotas’.

No presente caso, a junção das categorias branco e cotista parece ter eliciado uma diferente perspectiva de julgamento, trazendo desarmonia ao contínuo do pensamento estereotípico: a tarefa de avaliar as expectativas em torno de um “branco cotista”. Por ser incoerente com a representação de independência desses caracteres, pode ter ocorrido o rebaixamento das crenças positivas a respeito de seu desempenho. Acreditamos que possa ter ocorrido o fenômeno da Dissonância Cognitiva. Com efeito, frente a crenças, informações ou opiniões incompatíveis com o arcabouço de conhecimento do avaliador, surge um conflito cognitivo, que pode levar ao estabelecimento de novas posturas avaliativas (DELAMATER & MYERS, 2007).

Faz-se necessário salientar que no texto que compõe instrumento, não foi mencionado em momento algum que a condição cotista do sujeito experimental se tratava de cotas raciais. Ele foi apresentado apenas como cotista e a inferência de

qual tipo de cota ficou reservada à interpretação do respondente. Em outras palavras, ao ser dito que Clóves era cotista, talvez a primeira ativação tenha sido a das cotas raciais. Aqui podemos observar que o debate geralmente reduz a política de cotas universitárias ao critério racial, o que é limitante, pois distorce o foco do debate sobre política de ações afirmativas para estudantes provenientes do ensino público, que não utilizam o critério cor de pele para distinção dos candidatos.

A princípio, parece aqui se mostrar algo em torno da racialização da política de cotas, para a qual ser cotista, de modo geral, está associado a ser negro (e vice-versa). Esse fenômeno, além de distorcer a multiplicidade da proposta das ações afirmativas, transfere, de algum modo, crenças preconceituosas direcionadas aos negros para outros grupos sociais. Esse seria um possível foco de multiplicação de problemas no âmbito deste tipo de ação afirmativa, devendo ser atentado pelos estudiosos do preconceito e racismo, e, de sobremaneira, pelos gestores de universidades e políticas públicas. Torna-se, assim, um efeito colateral da proposta inicial, pois ao invés de reduzir preconceito, pode findar por desmascará-lo, tornando-o, portanto, mais visível.

Os dados propiciam a reflexão acerca da possibilidade de se pensar em novos aspectos de análise no campo da repercussão social da política de cotas. Por exemplo, será que haveria, supostamente, um embranquecimento do não cotista, seguindo leitura de Lima e Vala (2004b) ao tratarem do embranquecimento do sucesso, e, de modo diacrônico, desenvolve-se um enegrecimento do cotista, ao qual se atribui arbitrariamente maior probabilidade de fracasso?

Tais questões trazem à tona um aspecto interessante, pois se tratam do fato de que tal sujeito – o estudante branco e cotista – é real, ou seja, há estudantes brancos inseridos nas cotas sociais, do mesmo modo que há estudantes negros e não cotistas. Logo, a representação do primeiro grupo parece estar prejudicada pela suposta dissonância existente entre essas condições, o que motivaria a atribuição de reduzida esperança de sucesso na inserção profissional. Em certa medida, a categorização cruzada, que reflete o confronto ideológico do caráter branco (que supostamente não precisaria das cotas) com o cotista (nem sempre visto como possuidor de méritos para adentrar a universidade), pode produzir o viés discriminatório de que indivíduos assim enquadrados são vistos como menos capacitados que os não cotistas, sejam eles brancos ou negros neste estudo, reflexos da ideologia da meritocracia.

Podemos constatar que a ausência de diferença nas expectativas entre branco e negro remete ao fato de que a cor de pele não foi um aspecto fundamental para a diferenciação das avaliações. Desse modo, os dados revelam que quando comparados apenas segundo a cor de pele não há significância, mas, quando considerada somente a condição cotista, a diferença surge. Apesar de tal achado, não poderemos chegar à conclusão segura de que o preconceito só se manifestaria em direção ao cotista e não ao negro, em outro contexto ou condições.

De igual importância, a partir do fato de terem sido cruzadas as características estímulo nos grupos experimentais isoladamente (branco x negro; cotista x não cotista), ficou evidente que a condição cotista, independentemente da cor da pele, é que suscitou menores avaliações positivas, fato que não significa que se repita com outras amostras e participantes. Vale salientar que esses estudantes eram pré-vestibulandos e que a temática acerca das cotas era, na época, muito difundida na mídia. Contudo, para além desse estudo, acredita-se que, talvez, possa se vislumbrar a perspectiva de surgimento de um fenômeno ora imaginado sob a expressão de um “cotismo”, em possível analogia ao preconceito, seguindo o sentido de redução do indivíduo à condição (característica generalizante) em que adentrou na universidade. A fim de sustentar tal ideia, crê-se que o aparecimento de atribuições de valor pautadas no fato de ter sido ou não beneficiado pelas cotas tenha reduzido expectativas positivas sobre sujeitos que venham a se enquadrar nessa condição. Com efeito, como ser ou não cotista não representa uma marca fenotípica/visível, a associação com os negros pode ser um viés mais frequente. Entretanto, entende-se que se de algum modo vier a ser possível identificar a condição cotista independentemente da cor da pele (ex. fictícia busca do histórico escolar no currículo), o suposto “cotismo” também se manifestaria (tal como aqui constatado) contra o branco cotista.

Outro dado relevante é que foram as expectativas positivas que se diferenciaram entre os grupos, mas não as negativas. Historicamente, sabe-se que o surgimento da norma anti-racista, que prescreve a inadequação moral, social e, sobretudo, legal da discriminação racial (CAMINO, SILVA, MACHADO, & PEREIRA, 2001), provocou uma transformação nos moldes de expressão do preconceito e racismo: o que antes era aberto e flagrante, inclusive em nível institucional, passou a ser, predominantemente, implícito, sutil e velado, manifestando-se de modo mais contido nas relações interpessoais (LIMA & VALA, 2004a). Assim, pode-se entender

que a predominância de expectativas negativas estaria ligada à manifestação aberta do preconceito (por ex. item 12 - *Sendo quem ele é, as pessoas terão dúvida acerca da competência de Clóves*), o que parece ter sido evitado, visto a ausência de diferença entre os grupos. Contudo, o fato de atribuir menores expectativas positivas a determinados grupos (branco cotista e cotistas em geral) revelou a distinção entre as avaliações (por ex. item 16 - *Agora, sabendo quem ele é, eu solicitaria o serviço de Clóves*), o que reflete a percepção de modo diferenciado do sujeito em questão; se branco, negro, cotista ou não cotista. Em outras palavras, o preconceito não se mostrou na rejeição flagrante ao indivíduo, mas na situação de se “esperar” menos aspectos positivos em relação ao alvo cotista.

Dado o exposto, como analisar o fenômeno de rejeição aos cotistas através das menores expectativas positivas? Acredita-se, por conseguinte, que podemos levantar algumas hipóteses a respeito de como poderia ser aprofundado o estudo sobre o cotismo. Para tanto, lança-se mão de duas explicações já constantes na literatura das novas expressões do racismo e do preconceito: o racismo aversivo e o preconceito sutil (ver LIMA & VALA, 2004a).

De modo sucinto, a teoria do Racismo Aversivo foi desenvolvida para estudar a realidade norte-americana das relações raciais, na qual se percebeu que os modos abertos e inflamados de discriminação tiveram decréscimo em suas manifestações a partir da década de 70, enquanto que a exibição de posturas igualitaristas ganharam força desde então. Todavia, o que se pressupõe é que embora essas pessoas defendam a plena refutação da prática de racismo flagrante, passaram a apresentar diversos sentimentos de evitação (desconforto, ansiedade, medo, dentre outros) no contato com os negros (FRANÇA & MONTEIRO, 2004; GAERTNER & DOVIDIO, 2005). Como mencionado em Pearson, Dovidio e Gaertner (2009), tais sensações desagradáveis tendem a se reverter em discriminação quando ocorre a ausência de uma imposição social em direção ao igualitarismo. Logo, os racistas aversivos seriam aqueles que discriminam os negros não através de ódio ou hostilidade, mas pela preferência de não negros em situações em que o contexto justifique, implicitamente, a discriminação.

Podemos ainda nos questionar se os pressupostos básicos da teoria do Racismo Aversivo podem servir como parâmetro para analisar o cotismo? Crê-se que, de forma análoga, pode-se propor a terminologia Cotismo Aversivo, já que a preferência geral pelos não cotistas se mostrou por meio da atribuição de menores

expectativas positivas para os cotistas. Possivelmente, o julgamento que foi solicitado aos participantes (avaliar expectativas de inserção profissional e reconhecimento social) se conformou enquanto contexto propício à distinção entre os grupos segundo as cotas, funcionando como justificativa para a discriminação em meio a aspectos percebidos como não preconceituosos (PEREIRA & VALA, 2010); aqui destacado como a análise futura das expectativas. A contradição que permanece em relação à teoria do Racismo Aversivo foi a ausência de discriminação contra os negros que não aconteceu na condição de análise por cotas, por cor de pele e nem na amostra total. Porém, ela surgiu de modo inverso na análise por sexo, na qual os homens tiveram mais expectativas positivas quanto ao negro não cotista (mas não o branco não cotista) frente aos cotistas.

De modo geral, a tentativa de relacionar as teorias do Racismo Aversivo e do Preconceito Sutil é colocada enquanto modos possíveis de interpretação e, conseqüentemente, direção para aprofundamento dos estudos. Obviamente, não foram desenvolvidas para analisar a repercussão das cotas universitárias em si, mas parecem viáveis para a criação de hipóteses em torno da questão. Permanecem lacunas importantes nos desdobramentos de cada aporte teórico citado, porém, podem ser aceitas enquanto norteadores do pensamento a respeito dos motivos que levaram os cotistas a receberem menores expectativas positivas.

Acerca dos posicionamentos frente às cotas, a maioria dos respondentes posicionou-se contra as cotas universitárias, o que já fornece indícios de sob qual perspectiva eles avaliaram as questões ora colocadas. Além disso, os participantes supuseram que os demais brasileiros concordam com essa posição, passando a impressão de que suas posturas são consensuais e que, em certa medida, autorizariam manifestarem-se contra os alvos cotistas. Como um todo, ao acharem que os brasileiros não precisam da política de cotas, revelou-se a problemática mais flagrante, pois expressaram, em maioria, que se pudessem revogariam as cotas.

Há importantes limitações neste estudo. Embora a escolha de pré-vestibulandos tenha sido uma opção metodológica, pois se trata de um grupo diretamente envolvido com a questão e que, futuramente, poderá compartilhar momentos desde os bancos universitários à própria inserção profissional com os cotistas, talvez até de forma simultânea (ex. na corrida pelo emprego ou em ser consumidor de algum serviço prestado por eles), tal critério não contemplou a perspectiva dos demais grupos sociais. Outros possíveis seriam universitários e

empregadores, que também fazem parte do debate acerca de como o cotista é visto enquanto aluno/colega e profissional. Além disso, não se levantou informações sobre o curso pretendido, para averiguar se a concorrência é um fator acirrador das relações contra cotistas, e, também, não foi cotejado se o vestibular do ano em questão era o primeiro que fazia, trazendo a novidade das políticas como um aspecto complicador.

De modo geral, acredita-se que a escala de expectativas demonstrou satisfatória capacidade discriminativa e índices de confiabilidade que permitem a sua replicação em enquadramentos diferentes do atual. O alvo cotista branco produziu dados, em certa medida, atípicos ao que se esperava, porém, foi relevante ao suscitar análises para se entender como as cotas podem estar sendo consideradas como algo independente da cor de pele. Ser cotista implicou menores expectativas positivas, o que levou à discussão da presença de um novo fenômeno no cenário social, o cotismo, algo a ser investigado para verificar se foi uma notável coincidência ou se efetivamente é um ponto a se atentar nos desdobramentos das políticas de cotas no ensino superior.

Em síntese, chega-se à conclusão de que ainda que exista a questão da racialização das cotas, o debate pode ser mais amplo. Certamente, suas repercussões são o ponto mais pululante nas discussões, às vezes, ríspidas no âmbito acadêmico e senso comum, mas que existem particularidades em torno de seus efeitos sociais que requerem maiores estudos. Enfim, permanecemos com a inquietação para novas pesquisas: há/haverá ou não a diferenciação entre preconceito contra cotistas e preconceito racial? Eis a questão.

Referências

AZEVEDO, C.M. Cota racial e estado: Abolição do racismo ou direito de raça? *Caderno de Pesquisa*, v.34, n. 121, 2005, p.213-239.

CAMINO, L.; SILVA, P.; MACHADO, A.; PEREIRA, C.. A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 2001, p.13-36.

CANTARINO, C. Polarização no debate das cotas encobre diversidade das ações afirmativas. *Ciência e Cultura*, v.58, n. 4, 2006, p. 6-8.

CARVALHO, J. J. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: O caso das cotas para negros na UNB. *Horizontes Antropológicos*, v.11, n.23, 2005, p.237-246.

DELAMATER, J.D.; MYERS, D.J. Attitudes. In: DELAMATER, J.D; MYERS, D.J. *Social Psychology*. 6a. ed. Belmont, CA: Thompson Wodsworth, 2007, p. 141-164.

DOVIDIO, J.F; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V.M. Prejudice, stereotyping and discrimination: Theoretical and empirical overview. In: DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V.M. *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination..* London: Sage, 2010, p. 3-28.

FRANÇA, D. X.; MONTEIRO, M. B. A expressão das formas indirectas de racismo na infância. *Análise Psicológica*, v.4, n.22, 2004, p. 705-720.

FRY, P.; MAGGIE, Y. Cotas raciais: Construindo um país dividido? *Econômica*, v.6, 2006, p.153-161.

GAERTNER, S.L; DOVIDIO, J.F. Understanding and addressing contemporary racism: From aversive racism to the common ingroup identity model. *Journal of Social Issues*, v. 61, n.3, 2005, p. 615-639.

GOMES, J.B.B.. *Ações afirmativas e princípios constitucionais de igualdade: O direito como instrumento de transformação social: A experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUIMARÃES, A.S.A.. Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras. In: SANTOS, R.E.; LOBATO, F. (Orgs.), *Ações afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais..* Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 75-82.

LEWGOY, B.. Cotas raciais na UNB: As lições de um equívoco. *Horizontes Antropológicos*, v.11, n.23, 2005, p. 218-221.

LIMA, M.E.O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v.9, 2004a, p. 401-412.

LIMA, M.E.O.; VALA, J. Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.20, 2004b, p. 11-19.

LIMA, M.E.O.; MACHADO, C.; ÁVILA, J.; LIMA, C.; VALA, J. Normas sociais e preconceito: O impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.19, n. 2, 2006, p. 309-319.

MAGGIE, Y.; FRY, P. O debate que não houve: A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Enfoques*, 2002, p. 93-117.

MAGGIE, Y.; FRY, P.. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, v.18, n.50, 2004, p. 67-80.

MENIN, M.S.S.; SHIMIZU, A.M.; SILVA, D.J.; CIOLDI, F.L.; BUSHINI, F. Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: Confronto de valores. *Educação e Pesquisa*, v.34, n.2, 2008, p. 255-272.

NAIFF, D.G.M.; NAIFF, L.A.M.; SOUZA, M.A.. As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v.9, 2009, p. 216-229.

NEVES, P.S.C.; LIMA, M.E.O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. *Revista Brasileira de Educação*, v.12, n. 34, 2007, p. 17-38.

OLIVEN, A.C. Ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o seu significado simbólico. *Revista Educação*, v.34, 2009, p.65-76.

PEARSON, A.R.; DOVIDIO, J.F.; GAERTNER, S.L. Teaching and learning guide for: The nature of contemporary prejudice: Insights from aversive racism. *Social and Personality Psychology Compass*, v.3, n.6, 2009, p. 1120-1128.

PEREIRA, C.R.; VALA, J. Do preconceito à discriminação justificada. *In-Mind_Português*, 2010, p. 1-13.

QUEIROZ, D.M.; SANTOS, J.T.. Sistema de cotas: Um debate dos dados à manutenção de privilégios e de poder. *Educação e Sociedade*, v.27, n.96, 2006, p.717-737.

SANTOS, S.A. Ação afirmativa e mérito individual. In R.E. Santos & F. Lobato (Orgs.), *Ações afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais*. . Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.83-126.

SANTOS, S.A. Ações afirmativas na educação pública superior brasileira: o perfil dos estudantes egressos do sistema de cotas na Universidade de Brasília. Providence: Brown University, 2003.

SANTOS, S. A. O sistema de cotas para negros na UNB: um balanço da primeira geração. Jundiaí: Paco editorial, 2015.

TABACHNICK, B. G.; FIDEL, L. S. *Using multivariate statistics*. 5a. ed.. New York: Harper Collins, 2007.